



IV Simpósio Pós-Estruturalismo e Teoria Social: Novas Reflexões Sobre as Democracias do Nosso Tempo

Pelotas, 26, 27 e 28 de setembro de 2022.

GT: Teoria do Discurso e Pesquisa em Educação Pós-Estruturalismo e Teoria do Discurso: contribuições aos estudos de currículo

Neide Menezes Silva

Mestra em Educação/Doutoranda em Educação no PPGEdu/UFPE (UFPE/Brasil)

Divane Oliveira de Moura Silva

Mestranda em Educação Contemporânea no PPGEduC/UFPE (UFPE/Brasil)

Resumo: Este trabalho é fruto de pesquisa qualitativa, numa perspectiva discursiva, de caráter teórico para compor capítulo de uma tese desenvolvida no PPGEdu/UFPE. Desenvolvemos uma discussão analítica sobre linguagem e discurso numa perspectiva pós-estruturalista e apresentamos as contribuições da Teoria do Discurso para as pesquisas sobre políticas de currículo. O estudo aponta que o pós-estruturalismo representa um movimento crítico de resistência às bases filosóficas da modernidade: cientificismo/racionalismo, positivismo e iluminismo e ao estruturalismo linguístico de Saussure. Essa corrente teórica postula visões socioculturais e políticas de linguagem que se vinculam a discursos, como práticas sociais contingentes e contextualizadas. Com relação à Teoria do Discurso e suas contribuições para as políticas de currículo, percebeu-se a complexidade das articulações envolvidas na produção dessas políticas sempre imbricadas com relações de saber e poder. Indicando, assim, que o currículo, como texto em ação, é traduzido e contextualizado pelos profissionais da educação nas escolas locais, em processos de disputas hegemônicas, estando aberto a novas significações.

Palavras-chave: pós-estruturalismo; linguagem; discurso; teoria do discurso; políticas de currículo.



Introdução

Neste artigo buscamos desenvolver uma discussão analítica sobre linguagem e discurso, numa perspectiva pós-estruturalista, bem como apresentar as contribuições da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe para as pesquisas sobre políticas de currículo. Para tanto, dividimos esse trabalho em três seções. Na primeira, desenvolvemos a discussão de linguagem numa vertente pós-estruturalista. Na segunda, abordamos a Teoria do Discurso com foco em sua perspectiva discursiva. Na terceira, apresentamos as contribuições dessa teoria para as políticas de currículo. Assim, após as discussões desenvolvidas nas seções, apresentamos nossas considerações finais.

Linguagem: uma perspectiva pós-estruturalista em discussão

Buscando contextualizar a discussão, a partir de Lopes (2013), entendemos que o pós-estruturalismo é constituído mediante um debate significativo com o estruturalismo, nascendo da primazia que o estruturalismo confere à linguística, questionando as concepções estruturadas de linguagem.

Desse modo, não é por acaso que autores como Foucault e Lacan, inicialmente vinculados ao estruturalismo, vão construindo teorias que questionam as próprias bases do estruturalismo. Aquela autora afirma, então, que “o pós-estruturalismo organiza-se em torno da crítica a Saussure pela defesa da flutuação de sentidos do significante e pela desestruturação da unidade do signo” (*Ibid*, p. 13). Assim, Lacan retira a relação entre significante e significado, quebrando a unidade do signo. Então, ao inverter a relação saussuriana entre significante e significado, confere primazia ao significante ao defender que este resiste à significação.

Em Derrida (2001), entendemos que sua crítica ao estruturalismo é associada ao questionamento da estrutura saussuriana da linguagem como um sistema estático de regras, defendendo, em oposição, a contingencialidade e temporalidades dessas regras. De acordo com essa compreensão, “não há sentidos originais, mas sempre representações nas quais sentidos são suplementados. Se precisamos suplementar, se trabalhamos com representações,



é porque estamos sempre tentando preencher uma lacuna na significação” (LOPES, 2013, p. 14). Por essa perspectiva, para Derrida, a escrita representa a suplementação do pensamento. Este, portanto, precisa da escrita para se constituir numa presença plena.

Diante desse entendimento, aquela autora, com base em Torfing (1999), afirma que as teorias pós-estruturalistas, “têm em comum a busca por salientar a pluralidade dos jogos de linguagem que tornam provisório o processo de significação, sem fechamento final, terreno de diferenças sempre passíveis de produzirem novos sentidos” (LOPES, 2013, p. 13).

Vale destacar, entretanto, que o pós-estruturalismo não se constitui como um movimento ou um conjunto de teorias comuns, ainda que conectadas, visto que mesmo havendo temas e características em comum entre a maioria dos autores dessas correntes teóricas, essas abordagens são numerosas e diversas entre si, com níveis de complexidade, inclinações políticas e divergências que não cabem numa descrição simples e sintética.

Como afirma Peters (2000, p. 28), “o pós-estruturalismo pode ser caracterizado como um modo de pensamento, um estilo de filosofar e uma forma de escrita, embora o termo não deva ser utilizado para dar qualquer ideia de homogeneidade, singularidade ou unidade.”

Por certo, os autores nos ajudam a entender que estamos tratando de teorias problematizadoras do mundo pós-moderno, o qual se constitui em um cenário fluído, irregular e subjetivo, portanto, representam o movimento de resistência ao projeto ocidental e moderno de racionalidade universal, cujas bases filosóficas são o cientificismo/racionalismo, positivismo e iluminismo.

Em Lyotard (2000), entendemos que a condição pós-moderna representa o estado da cultura após as transformações que afetaram a ciência, artes, literatura, a partir do final do século XIX. Assim, esse autor sintetiza a condição pós-moderna como sendo a crítica, ou descrença, às metanarrativas/grandes verdades.

De acordo com Lopes (2013, p. 8), a pós-modernidade é “um tempo de fim das utopias e das certezas, de desmoronamento da ideia de verdade centrada na prova empírica, na objetividade, na natureza ou na evidência matemática”. Portanto, a virada pós-moderna não é marcada pela cronologia, mas, pela ruptura com a lógica e a consciência modernas.



Neste cenário contingencial aberto às incertezas, Peters (2020) - apoiado em Wittgenstein, um dos filósofos influentes do século XX - nos ajuda a compreender que a linguagem é colocada no centro das reflexões filosóficas, lançando-se dúvidas quanto à racionalidade científica ocidental ao se questionar o compromisso da ciência positivista como o único esquema racional possível, cuja base é a concepção de racionalidade como supostamente única e universalmente válida.

Para aquele autor, “a virada lógico-linguística feita pela filosofia do Século XX dá continuidade à iniciativa da filosofia crítica ao estudar o pensamento e tentar solucionar o problema da racionalidade tendo como intermediário a linguagem” (*Ibid*, p.8), colocando-se em cheque o modelo linguístico de Saussure como paradigma das ciências humanas.

Como Saussure concebe a língua como um sistema abstrato com letras de funcionamento, na perspectiva estruturalista deste autor, a construção de sentidos é vinculada ao que é dado como transparente e fixado na linguagem em que significante e significado representam a palavra e sua realidade material.

Ferraz (2019, p. 26), esclarece esse entendimento ao exemplificar que de acordo com essa visão quando falamos ou escrevemos a palavra “crime” em alguma situação comunicacional, entendemos, com base no estruturalismo, que crime significa “alguém cometeu algo ilícito”. Entretanto, o autor alerta para o entendimento de que a linguagem não é um sistema abstrato no qual o significado é dado. A palavra crime, por exemplo, pode ter diferentes entendimentos de acordo com os diversos contextos, países, momentos históricos, vida real versus dramaturgia e outras tantas interpretações possíveis.

Condição que remete ao questionamento da própria racionalidade da linguagem, possibilitando sua libertação dos limites da gramática, da lógica escrita, concebendo-a como prática social que permite ao homem tornar-se sujeito, como ser histórico e social. Contribuindo com esse diálogo, Ferraz (*Ibid*), assevera que

A construção de sentidos via estruturalismo prevê caminhos unívocos e fixos (língua e linguagem são significadas por meio da relação estática entre significante e significado) ao passo que a construção de sentidos sob as perspectivas do pós-estruturalismo é vista como algo que não escapa ao jogo das diferenças (língua e linguagem nunca são unívocas e fixas, pois, a cada contexto, significam algo inteiramente novo).



Desse modo, entendemos que a linguagem não é uma coisa inerte em que cada palavra representa algo definitivamente, visto que é uma atividade humana situada cultural e historicamente, engendrada num sistema aberto de significações.

Isso significa que, ao contrário do que defendia o estruturalismo, a linguagem é dinâmica, configurando-se num jogo em que se alternam suas significações e sentidos de acordo com os diferentes contextos. Com isso, “a ideia de estrutura é substituída pela ideia de discurso: não há estruturas fixas que fechem de forma definitiva a significação, mas, apenas estruturações e reestruturações discursivas” (LOPES, 2013, p. 13).

Na interface com esse diálogo, na perspectiva de Laclau (2011), a linguagem é apenas um dos componentes da estrutura discursiva a qual possui a dimensão linguística, enquanto sistema, mas sem restringi-la aos atos de fala ou ao que está estritamente escrito, visto que engloba ações e relações que possuem significado social, sendo resultado de uma prática articulatória que constitui e organiza essas relações.

Nessa perspectiva, compreendemos que as teorias pós-estruturalistas postulam visões socioculturais e políticas de linguagem que se vincula a discursos, como prática social imersa em relações de saber e poder, contingentes e contextualizados. Portanto, nesse tear discursivo, passemos a abordar a Teoria do Discurso.

Teoria do Discurso: tecendo algumas reflexões

A teoria do discurso é definida como uma teoria política, a qual precisa ser lida como uma empreitada intelectual que fornece ferramentas teóricas para a explicação de fenômenos sociopolíticos (MENDONÇA, 2012). Este autor esclarece, então, que não se trata de uma teoria política, no sentido estrito da Ciência Política, mas de uma teoria do político, aplicável aos mais diversos campos do conhecimento (MENDONÇA, 2018), como é o caso da Educação.

Segundo Panizza (2021, p. 9), “[...] a teoria do discurso de Laclau e Mouffe não se localiza como uma subcategoria da Ciência Política, mas, mais amplamente, com uma teoria do político entendido como uma dimensão constitutiva de todas as relações sociais”.



Com Mendonça e Rodrigues (2008), compreendemos que a teoria empreendida por Laclau e Mouffe tem o potencial de ser uma ferramenta de compreensão do social, uma vez que o seu próprio entendimento dá-se a partir da construção de ordens discursivas, na qual o poder assume centralidade como constituidor de relações sociais. Então, duas categorias são centrais: poder e discurso.

Aqui cabe destacar que Foucault com sua proposta de análise do discurso, a partir da qual descortina as instituições de poder, influenciou diretamente o pensamento de Laclau. Em Foucault (2008, 2013), discurso refere-se a padrões de regularidade enunciativa que produzem efeitos de verdade e processos de subjetivação que, em si mesmos, não são nem falsos nem verdadeiros.

Nesse sentido, “a elaboração do conceito de discurso, em Foucault, busca fornecer recursos para investigar como os processos de enunciação e construção de sentidos se relacionam com a produção da realidade histórica e social” (OLIVEIRA, G., 2018, p. 175), visto que para ele o discurso é uma prática social e o que lhe interessa é o jogo de poder envolvido nesse processo.

Assim, entendemos que o poder, em Foucault, reprime e controla, mas também produz efeitos de saber e verdade ao possibilitar novos saberes que podem oprimir e/ou libertar. Então, saber e poder estão mutuamente implicados.

Contribuindo com essa discussão, conforme Burity (2010, p. 11), “não há ação social sem significação, mas toda significação está inscrita – ainda que nunca plena ou definitivamente – num discurso”. Concebe-se que o discurso vai além do âmbito da dimensão linguística e representa objeto de lutas pelo poder. Aqui, nos interessa afirmar que “tanto para Laclau, quanto para Foucault, todo discurso é uma tentativa de dominar o campo da discursividade” (FERREIRA, 2019, p. 91).

Nessa perspectiva, em Laclau (2013), compreende-se que o discurso é a trama na qual as coisas se constituem. O discurso não se restringe à fala ou à escrita, pois ele constitui a própria realidade. Portanto, “o discurso não deve ser entendido como o simples reflexo de conjuntos de textos ou de falas, numa dimensão meramente linguística. Discurso é uma



categoria que une palavras e ações, que tem natureza material e não mental e/ou ideal. Discurso é prática” (MENDONÇA, 2014, p. 149).

De acordo com Panizza (2021, p. 7), por discurso, Laclau e Mouffe compreendem não simplesmente palavras, por mais importantes que elas sejam para a produção e reprodução da ordem social, visto que para estes autores, “[...] os discursos são linguísticos e materiais por natureza e compreendem tanto o racional e o logocêntrico quanto o gestual, o afetivo e o emocional”.

Assim, o discurso tem sua dimensão realista, que é postulada na linguagem de Laclau pela noção de existência, a qual indica a realidade dos objetos. Nessa perspectiva, a linguagem só existe dentro de um discurso que a torna possível, visto que fora deste, há existência, porém sem significação. Dessa forma, os objetos têm a dimensão real (existência) e a dimensão significativa (ser), as quais são constituintes e inseparáveis do discurso.

Diante do exposto, para essa teoria, o discurso é constituidor da realidade social, na concepção de Laclau, ontologicamente política. A partir de Burity (1997), compreendemos que o político, como ontologia do social, implica em entender que as identidades constituem-se no processo de construção de discursos. A esse respeito, Laclau afirma que:

A política é uma categoria ontológica: há política porque há subversão e deslocamento do social. Isto significa que todo sujeito é, por definição, político. À parte do sujeito, neste sentido radical, só existem posições de sujeito no campo geral da objetividade. Mas o sujeito, tal como é compreendido neste texto, não pode ser objetivo: ele só se constitui nas margens irregulares da estrutura. Assim, explorar o campo de emergência do sujeito nas sociedades contemporâneas é examinar as marcas que a contingência inscreveu nas estruturas aparentemente objetivas das sociedades em que vivemos" (*Apud* BURITY, 1997, n.p).

Diante dessa afirmação, compreendemos que o discurso laclauiano, como ontologia do social, é marcado pelo antagonismo e pela contingência das identidades, rompendo-se com o princípio estruturalista de um sujeito essencialista e universal mediante a defesa da descentralização do sujeito. Essa construção, em Laclau, se dá pela referência cruzada à desconstrução derridiana e à lógica da identificação lacaniana, assim, “o sujeito lacaniano questiona o sujeito cartesiano” (OLIVEIRA, M., 2018, p. 4).



Assim, para Laclau (2011), o descentramento do sujeito possibilita compreender que as inúmeras situações experienciadas em momentos diferentes da vida contribuem para a construção da identidade dos indivíduos. Então, o sujeito é constituído por diferentes identidades que definem as práticas sociais e culturais, discursivas ou não discursivas, que podem ser identificadas nas relações de poder e saber entre os grupos e as instituições, onde os indivíduos passam a ser vistos com outras identidades que estavam ocultas pelo discurso hegemônico (PEREIRA; DINIS, 2015), entendimento importante para as discussões envolvendo as políticas de currículo, constituindo referencial produtivo para analisarmos a realidade educacional. Nessa trajetória, na sequência, abordaremos as contribuições do pós-estruturalismo e da teoria do discurso para os estudos sobre políticas de currículo.

Pós-Estruturalismo e Teoria do Discurso: contribuições às políticas de currículo

No Brasil, a perspectiva pós-estruturalista passa a se projetar no campo do currículo na primeira década de 1990, a partir de trabalhos desenvolvidos por Tomaz Tadeu da Silva. Desse modo, nesse período, o pensamento desse autor é a linha mestra do grupo de pesquisadores pós-estruturalistas em currículo (OLIVEIRA, M., 2016). Assim, questões ou significantes, como conhecimento, poder, ideologia, sujeito, diferença, são problematizados mediante a ideia de fragmentação e descentramento da subjetividade.

Corroborando esse entendimento, através de Oliveira; Oliveira; Mesquita (2013) compreendemos que a partir de meados da década de 1990 uma parte significativa das pesquisas no campo educacional brasileiro passou a ser fortemente influenciada por autores, noções e concepções oriundas de abordagens teóricas “em ruptura com as tradições metanarrativas e universalistas modernas, comumente denominadas como pós-modernas, pós-estruturalistas ou mesmo pós-críticas.” (*Ibid*, p.1328). Representado, então, um tempo marcado pela ampliação de demandas particulares e das lutas da diferença, mediante trocas culturais e globais, configurando o hibridismo curricular.

Considerando que a partir de distintas tendências teóricas, o hibridismo tem ocupado centralidade no campo de currículo na atualidade, nos limites deste trabalho, interessa-nos afirmar, com Matos e Paiva (2007), que nas teorizações que envolvem o discurso pós-



estruturalista, o hibridismo está fundamentado na filosofia do sujeito, da consciência e na valorização do conhecimento como produtor de sujeitos críticos e autônomos, com o descentramento do sujeito, a constituição discursiva da realidade e a vinculação entre saber e poder.

“Com a incorporação desses registros teóricos, a noção de currículo como um conhecimento selecionado a partir de uma cultura mais ampla para ser ensinado a todos, em nome de um projeto de transformação social e de formação de sujeitos, é desestabilizado”. Isso porque, “na medida em que é questionado o sujeito centrado e com identidades fixas, são desestabilizados os projetos curriculares que têm por propósito formar uma dada identidade no aluno ou operar com uma identidade docente pré-estabelecida” (LOPES, 2013, p. 18).

Aqui, consideramos oportuno trazer reflexões de Oliveira, M., (2016), em sua pesquisa de doutorado em escolas no interior do Rio Grande do Norte (RN), visto que ela trilha esse percurso com base nos enfoques discursivos das políticas de currículo de Alice Casimiro Lopes, particularmente, orientados pela teoria do discurso de Laclau.

Nesse sentido, chama-nos à atenção sua investigação sobre a proposta de Ensino Médio Noturno Diferenciado nas escolas pesquisadas quando, a partir da perspectiva pós-estruturalista, identifica que essa proposta estabelece, previamente, a identidade do aluno desse nível de ensino/turno na ideia de que ele é trabalhador, revelando a existência de discursos hegemônicos em torno da constituição dessa política. Assim, afirma que

Fixar identidades dos alunos do noturno como trabalhadores em uma proposta curricular constitui discurso hegemônico na medida em que tal fixação tende a desconsiderar outras possibilidades de ser desses alunos, tendendo a influenciar, também, a organização curricular na perspectiva formativa de um sujeito com habilidades e competências consideradas necessárias ao mercado de trabalho e ao mundo produtivo (OLIVEIRA, M., 2016, p.123).

Esta autora, denuncia, por certo, a tentativa dessa proposta de anular outras possibilidades de ser desses sujeitos, sufocando suas singularidades. Percebe-se, assim, a mobilização da abordagem pós-estrutural em seu percurso de pesquisa, na qual a noção de hegemonia laclauniana torna-se um diferencial para a referida investigação, revelando sua perspectiva produtiva para os estudos de políticas curriculares educacionais.



Então, nessa discussão, a noção de que conhecimento deve ser ensinado, também, sofre contestação porque esse conflito gera novos contornos nesse debate, uma vez que o conhecimento passa a ser visto como resultado de lutas pela significação em processos discursivos abertos e contingenciais. O que implica entender que “existem significações em disputa a respeito do que concebemos como social, como escola, como conhecimento, como currículo” (*Ibid*, p. 20), abalando, assim, a compreensão de currículo e do seu caráter político.

Diante dessas reflexões, o que podemos destacar é que características desse contexto discursivo são o terreno fértil para a emergência e o reconhecimento de diversas identidades, movimentos/atores sociais e demandas que não eram contemplados nas políticas curriculares, tais como étnicas, midiáticas, de gênero/sexualidade, de raça, geracional, de localidade, tecnológicas, culturais, religiosas, ambientais.

Descortina-se, então, que as demandas da diferença implicam na necessidade de um currículo multicultural. Em Lopes (2013), compreendemos que os estudos pós-estruturais, que impactam no currículo, defendem uma educação multicultural que possibilite aos alunos e professores ressignificarem hierarquias e relações opressivas de poder, rompendo com sistemas eurocêntricos e universalistas, abalando “nossa forma binária de estar e lidar no/com o mundo” (OLIVEIRA, M., 2016, p. 124).

Pensar assim impõe o desafio de entender que enveredar pela pesquisa de cunho pós-estruturalista, orientada pela teoria do discurso, nos estudos das políticas de currículo, “[...] demanda a articulação de um modelo de explicação que reconheça o caráter precário, contingente e intrinsecamente comprometido do próprio discurso científico” (OLIVEIRA; OLIVEIRA; MESQUITA, 2013, p. 1337), podendo contribuir, sobremaneira, para se pensar a política curricular discursivamente mediante o entendimento da educação como um campo político sempre contingente.

Nessa perspectiva, a contingência e a precariedade são características peculiares tanto das formações discursivas quanto das organizações político-sociais. A noção de contingência tão cara aos estudos pós-estruturais e, de modo particular, à teoria do discurso vai abalar as categorias marxistas, contrapondo-se à explicação da realidade social enquanto determinismo



econômico. Desse modo, contribui para o entendimento da própria contingencialidade das políticas de currículo.

É, justamente, a partir da mobilização de diversas categorias pós-estruturais da teoria do discurso como contingência/sujeito/sentidos/identificações/demandas/hegemonia/poder, que Oliveira, M., (2016, 2018), vai nos ajudar a conceber currículo como prática discursiva, cultural, de poder e de significação.

A autora, assim, possibilita compreendermos a complexidade das articulações envolvidas na produção das políticas de currículo, vislumbrando o currículo como texto em ação, o qual é reinterpretado/ressignificado/traduzido e contextualizado pelos profissionais da educação nas escolas locais, estando aberto às diferenças e a novas significações.

Esses espaços de contestação/de disputa pela diferença – das etnias, de raça/gênero/sexualidade/classe/localidade/geracional, representam a defesa da democracia na política curricular, contrapondo-se, portanto, aos conhecimentos fixos como é o caso da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que se constitui numa proposta de centralização curricular.

Não podemos esquecer que, nesse campo discursivo, escolhas são mobilizadas pelo poder - escolhas que envolvem a decisão de quais são os conhecimentos válidos para ensinar; o que é ensinar; o que é ser professor/a; o que é ser estudante -, cujo jogo de articulação acontece num campo de significação que engloba o núcleo central do pensamento pós-estrutural, quer seja, saber e poder, (OLIVEIRA, M., 2018) que são sempre interpelados no jogo discursivo das políticas de currículo.

Tendo por direcionamento a busca de possibilidades para a construção de políticas e práticas curriculares, numa perspectiva voltada para a mudança social, pensamos que a abordagem pós-estrutural, com foco na teoria do discurso, é tarefa primordial para se pensar a análise de políticas de currículo contra a discriminação. Como defende Laclau, “uma teoria só faz sentido se ela tiver como compromisso ético a transformação do social em um ambiente mais democrático e justo”. (MENDONÇA, 2018, p. III).



Nesse sentido, entendemos que a perspectiva discursiva pós-estruturalista, de Laclau e Mouffe, possibilita a busca de caminhos éticos na educação, contribuindo para práticas transformadoras.

Esboçando algumas considerações

Diante desse estudo, compreendemos que o pós-estruturalismo, de um modo geral, representa um movimento crítico de resistência às bases filosóficas da modernidade, quais sejam, cientificismo/racionalismo, positivismo e iluminismo e ao estruturalismo linguístico de Saussure. Entendemos que a referida corrente teórica postula visões socioculturais e políticas de linguagem que se vincula a discursos, como prática social imersa em relações de saber e poder, contingentes e contextualizados.

Com relação à Teoria do Discurso e suas contribuições para as políticas de currículo, percebeu-se a complexidade das articulações envolvidas na produção dessas políticas sempre imbricadas com relações de saber e poder. Indicando, assim, que o currículo, como texto em ação, é traduzido e contextualizado pelos profissionais da educação nas escolas locais, em processos de disputas hegemônicas, estando aberto a novas significações.

Em nosso entendimento, essa teoria amplia os horizontes de análise e ação crítica quando evidencia que é no campo da discursividade, espaço no qual os discursos disputam sentidos hegemônicos, que cada decisão representa um ato de poder. Isso implica na compreensão de que quem possui a hegemonia, num dado contexto, é quem tem o poder de decisão (LACLAU, 1990). Diante desse entendimento, precisamos estar atentos para a perpetuação das relações de poder hegemônicas que acabam invisibilizando a hierarquia em todos os níveis sociais, contribuindo para sua manutenção.

Essas discussões e debates põe em destaque a necessidade de nosso compromisso, como sujeitos históricos que somos, com o desenvolvimento de pesquisas que tenham impacto social para aproximarmos a vida acadêmica da vida prática, a partir da análise



aprofundada e crítica da realidade social, possibilitando a compreensão das desigualdades na perspectiva de seu enfrentamento na luta por uma sociedade mais justa e democrática.

Diante desses desafios, concluímos, provisoriamente, apontando que os estudos pós-estruturais, de modo particular a teoria do discurso, podem contribuir com o enriquecimento epistemológico do campo das políticas de currículo, oportunizando encaminhamentos e ações na perspectiva de políticas curriculares mais inclusivas. Constituindo-se, assim, em caminhos possíveis na luta por um mundo melhor.

Referências

- BURITY, Jonaildo. *"Desconstrução, hegemonia e democracia: o pós-marxismo de Ernesto Laclau"*, 1997. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/nabuco/joan7.rtf>. Acesso em 16 jun. 2021.
- BURITY, Joanildo. Teoria do Discurso e Educação: reconstruindo o vínculo entre cultura e política. **Revista Teias**, Rio de Janeiro: UERJ, v.11, n.22, p.7-29, maio/ago, 2010.
- DERRIDA, Jacques. **Posições**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- FERRAZ, Daniel de Mello. (Pós) Modernidade, (Pós) Estruturalismo e Educação Linguística: construindo sentidos, ensejando transformações. In: ANDRADE, Maria Eugêncina Sebba Ferreira de; HOELZLE, José Lacerda Rodrigues; CRUVINEL, Roberta Carvalho (Orgs.). **(Trans)Formação de Professoras/es de Línguas: demandas e tendências da pós-modernidade**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019, p. 17-39.
- FERREIRA, Fábio Alves. A Teoria do Discurso e Análise do Discurso: de Ernesto Laclau a Michel Foucault. **Perspectivas**, v. 4, n. 2, 2019, p. 81-93.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2013.
- LACLAU, Ernesto. **New Reflections on the Revolution of Our Time**. London: Verso, 1990.
- LACLAU, Ernesto. **Emancipação e Diferença**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- LACLAU, Ernesto. **A Razão Populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.
- LOPES, Alice Casimiro. Teoria Pós-críticas, política e currículo. **Revista Educação, Sociedade e Cultura**. Cadernos n. 39, 2013, 7-23.
- LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.



- MATOS Maria do Carmo de; PAIVA, Edil Vasconcellos de. Híbrido e Currículo: ambivalências e possibilidades. *Currículo sem Fronteiras*, v.7, n.2, p.185-201, Jul/Dez, 2007.
- MENDONÇA, Daniel de. Antagonismo como identificação política. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, DF: UnB, n.9, p. 205-288, set./dez., 2012.
- MENDONÇA, Daniel de. O Limite da Normatividade na Teoria Política de Ernesto Laclau. São Paulo: **Lua Nova**, p. 135-167, 2014.
- MENDONÇA, Daniel de. A Teoria do Discurso e sua Recepção no Brasil: um rápido balanço até aqui. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. IV, n. I, p. I-IV, 2018.
- MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto. Em torno de Ernesto Laclau. In: MENDONÇA, Daniel; RODRIGUES, Léo Peixoto (Orgs). **Pós-Estruturalismo e Teoria do Discurso**: em torno de Ernesto Laclau. Porto Alegre, 2008, p. 25-33.
- OLIVEIRA, Gustavo Gilson Sousa de. Provocações para Aguçar a Imaginação/Invenção Analítica: aproximações entre a Teoria Política do Discurso e Análise do Discurso em Educação. In: LOPES, Alice Casimiro; OLIVEIRA, Anna Luiza de; OLIVEIRA, Gustavo Gilson Sousa de (Orgs.). **A Teoria do Discurso na Pesquisa em Educação**: possibilidades teórico-estratégicas. Recife: Ed. da UFPE, 2018, p. 169-216.
- OLIVEIRA, Gustavo Gilson; OLIVEIRA, Anna Luiza; MESQUITA, Rui Gomes de. A Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe e a Pesquisa em Educação. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1327-1349, out./dez. 2013.
- OLIVEIRA, Marcia Betania de. **Ensino Médio noturno na região Assu-Mossoró (RN): o que significa ser diferenciado?** Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- OLIVEIRA, Marcia Betania de. Pós-estruturalismo e teoria do discurso: perspectivas teóricas para pesquisas sobre políticas de currículo. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, p. 1-18, 2018.
- PANIZZA, Francisco. Prólogo. In: MENDONÇA, Daniel de; LINHARES, Bianca de Freitas (Orgs.). **Teoria do discurso de Laclau e Mouffe**: implicações teóricas e analíticas. São Paulo: Intermeios, 2021.
- PERREIRA, Reginaldo Santos; DINIS, Nilson Fernandes. Itinerários da pesquisa pós-estruturalista em educação. *Itinerarius Reflectionis*. Jataí, v. 11, n. 2. p. 1-16, 2015.
- PETERS, Michael Adrian. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença – uma introdução**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- PETERS, Michael Adrian. Investigações Pedagógicas: Wittgenstein e educação. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 3, p. 1-19, 2020.

